

## ISS-Recife – Auditor

**Pessoal, vou comentar as questões da prova.**

61. O princípio contábil que serve de base à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é o Princípio da

- (A) Oportunidade.
- (B) Continuidade.
- (C) Competência.
- (D) Prudência.
- (E) Entidade.

**Conforme vimos na aula 10, trata-se do princípio da oportunidade.**

62. Uma entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações. Para que as informações sejam apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidades, elas devem apresentar a seguinte característica:

- (A) confiabilidade.
- (B) imparcialidade.
- (C) fidedignidade.
- (D) integridade.
- (E) objetividade.

**Conforme vimos na aula 10, trata-se da imparcialidade.**

63. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. Nesse sentido, o subsistema de compensação registra, processa e evidencia:

- (A) os fatos não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- (B) os custos dos bens e serviços produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
- (C) os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- (E) os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, bem como as disponibilidades no início e final do período.

**Conforme vimos na aula 01, trata-se da opção D.**

64. De acordo com a NBC T 16.10, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques.

- (A) Identificação específica
- (B) Método do varejo
- (C) Último que entra, primeiro que sai (UEPS)
- (D) Primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS)
- (E) Custo médio ponderado

**Conforme vimos na aula 08, trata-se da opção E.**

65. Leia o fragmento a seguir. Demonstração contábil que evidencia a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que serão transferidos para o exercício seguinte.

O fragmento apresenta o conceito de

- (A) balanço patrimonial.
- (B) balanço orçamentário.
- (C) balanço financeiro.
- (D) demonstração das variações.
- (E) demonstração do resultado do exercício.

**Conforme vimos na aula 05, trata-se da opção C.**

66. Em relação aos Restos a Pagar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Devem ser contabilizados como **receita orçamentária**.

**ERRADO, na inscrição são receitas extraorçamentárias; no pagamento despesas extraorçamentárias.**

- (B) Representam as despesas empenhadas **e pagas** até o dia 31 de dezembro.

**ERRADO, empenhadas e não pagas.**

- (C) **Não há distinção** entre as despesas processadas e as não processadas em seu registro.

**ERRADO, há distinção.**

- (D) Seu registro será feito por credor e por exercício.

**CERTO.**

- (E) Os empenhos que correrem à conta de créditos com vigência plurianual e que ainda não foram liquidados, deverão ser contabilizados, como restos a pagar, **no primeiro ano de vigência do crédito.**

**ERRADO, no último ano de vigência do crédito. É uma regra da lei 4320/1964.**

**Essa questão estava no material de AFO.**

67. Os juros da dívida pública e a amortização da dívida pública devem ser contabilizados, respectivamente, como

- (A) transferência corrente e transferência de capital.
- (B) transferência de capital e transferência corrente.
- (C) transferência corrente e transferência corrente.
- (D) transferência de capital e inversão financeira.
- (E) despesa de custeio e inversão financeira.

**Essa questão estava no material de AFO. Ela parte da premissa que se usa a classificação da lei 4320/1964, por isso a opção seria a alternativa A. Porém, no enunciado essa premissa não foi citada. Cabe recurso.**

68. Em relação à previsão e à arrecadação da receita pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) As previsões da receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos cinco anos anteriores e da projeção para os três seguintes àquele a que se referem.

**ERRADO, avaliação dos 3 anos anteriores e previsão para o exercício de referência e os dois subsequentes.**

- (B) As previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais e considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**CERTO.**

- (C) O Poder Executivo de cada ente deverá colocar à disposição do Ministério Público, no mínimo dez dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, com exceção da corrente líquida.

**ERRADO**, seria 30 dias antes e acompanha as receitas correntes líquidas.

(D) O montante previsto para as receitas de operações de crédito deve ser igual ou maior que o das despesas de capital do projeto de lei orçamentária.

**ERRADO**, não deve superar, ou seja, menor ou igual.

(E) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo poderá ser admitida **se comprovada fraude, erro ou mudança de política contábil.**

**ERRADO**, em caso de erros ou omissões.

**Essa questão estava no material de AFO.**

69. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a operação de crédito representa um compromisso financeiro que pode ser assumido em razão dos motivos a seguir, à exceção de um.

Assinale-o.

- (A) Aquisição financiada de bens.
- (B) Abertura de crédito, emissão e aceite de título.
- (C) Contratação de serviços.
- (D) Recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
- (E) Arrendamento mercantil.

**Essa questão estava no material de AFO. Gabarito C.**

70. Segundo a Lei Complementar nº 101/200, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar seu limite ao final de um quadrimestre, deverá ser reconduzida a ele até o término dos três quadrimestres subsequentes. Após vencido o prazo de retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente poderá

- (A) realizar operação de crédito interna ou externa.
- (B) realizar operação de crédito por antecipação de receita.
- (C) receber transferências voluntárias da União.
- (D) receber transferências voluntárias do Estado.
- (E) refinarciar o principal atualizado da dívida monetária.

**Essa questão estava no material de AFO. Se não se recuperar o ente fica impedido de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, ressalvado o refinanciamento da dívida mobiliária. Gabarito E. Cabe recursos: não tem esse termo dívida monetária.**